



Fonte: STN (finanças públicas), BCB (PIB), IBGE (IPCA).

Em meio à discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visa instituir o Novo Regime Fiscal, vemos de um lado o Governo preocupado em resolver, no médio e longo prazo, o quadro de “agudo desequilíbrio fiscal”; e de outro lado, parcela da população que entende que a PEC diminuirá, fatalmente, os recursos destinados à saúde e à educação. Deixando de lado o mérito da divergência, o fato é que o comportamento da despesa pública primária frente à receita líquida evidencia um [grave] desequilíbrio fiscal.

O gráfico da semana nos revela a tendência crescente da despesa primária (linha roxa no gráfico) e da receita líquida (linha azul) do Governo Central. De 2014 para cá, houve reversão da tendência desta última, enquanto a primeira seguia crescente.

Nas últimas duas décadas (dezembro/1998 a setembro/2016), na métrica interanual, enquanto, em média, o PIB cresceu 3,96% ao ano e a receita líquida 5,11% a.a., a despesa primária foi expandida a 5,82% a.a. Quando consideramos o período de janeiro/2014 a setembro/2016, evidencia-se que, em média, o PIB e a receita líquida caíram 1,32% a.a. e 2,54% a.a., respectivamente, enquanto a despesa primária cresceu 4,08% a.a. Ou seja, nos tempos de crescimento da economia, a despesa primária cresce mais do que o PIB e do que a receita líquida; e no atual momento de recessão, enquanto o PIB e a receita líquida caíam, as despesas continuaram crescentes. Nesse sentido, o gráfico da semana evidencia também o ritmo de crescimento, que pode ser visualizado na área vermelha (despesa primária) e na área verde (receita líquida).

Em janeiro de 2014, na métrica interanual, a receita líquida representava 18,63% do PIB, e a despesa primária, 17,44%; enquanto que em setembro de 2016, a receita líquida formava 17,3% do PIB, e a despesa primária representava 20,42% do PIB. Nesse ínterim, a dívida mobiliária federal interna, fora do Banco Central, avaliada pela posição de carteira, aumentou 9,5 pp., representando, em setembro de 2016, R\$2,93 trilhões (47,7% do PIB).

Expectativas de mercado divulgadas pelo Relatório de Mercado Focus de 28/10/2016 apontam para sucessivos déficits primários até 2019, tempo em que a expectativa da dívida líquida do setor público é de 54% do PIB. Esta última, em janeiro de 2014, correspondia a 30,11 % do PIB, e em setembro de 2016 já ia em 44,1%.

Nesse contexto, o fato é que o problema do desequilíbrio fiscal existe, e a PEC caminha a passos rápidos em direção à aprovação, ao tempo em que o Governo Federal anuncia uma agenda que leva em conta ainda a reforma da seguridade social, revisão dos programas de governo, venda de ativos, privatizações e algumas reformas microeconômicas (reforma tributária, marco regulatório e desburocratização).